

Entrevista com Sérgio Ferro*

entrevistadores:

João Marcos de Almeida Lopes
Cecília Corrêa Lenzi**

Apresentação

De imediato, esta entrevista pode suscitar algum estranhamento: por que promover um diálogo com Sérgio Ferro no contexto de uma publicação que se propõe discutir o habitat rural? Afinal, o principal campo de estudo do professor, arquiteto e pintor brasileiro radicado na França, já aposentado pela École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, é, em larga medida, voltado para o universo das relações de trabalho e produção nos canteiros de obra, desde a perspectiva dos operários, dos materiais e da atividade laboral ali investida - ou seja, um assunto indubitavelmente urbano. Aliás, o próprio professor nos adverte, ao iniciar a entrevista, que ele faz parte do grupo de arquitetos que só pensa a cidade.

No entanto, como procuramos deixar claro já no Editorial desta edição temática da Revista RISCO, é-nos imperativo pensar a não-cidade se quisermos efetivamente compreender a própria cidade - isto é, o urbano em todas as suas dimensões dialéticas e problemáticas. Ao contemplarmos o campo ampliado da produção, numa escala que transcende o urbano, os denominadores em comum acabam se tornando aparentes, fazendo emergir assim uma trama de correlações e nexos que, sob lentes mais seletivas, poderia parecer bem menos evidente. Desse modo, alguns possíveis paralelos, passíveis de serem observados em tais processos parecem ser, a nosso ver, um ponto de partida bastante razoável.

A conversa que promovemos com Sérgio Ferro é, para todos os efeitos, uma especulação eminentemente teórica.

Há um limiar bastante eloquente delineado entre o que Marx questiona como “a assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013) e as formas contemporâneas de acumulação - o que David Harvey atualizou como “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2014). Dessa forma, quando cogitamos fazer essa conversa com Sérgio, o que nos animava era pensar o quanto a lógica de extração de valor no meio rural - com seus baixíssimos ganhos com a renda da terra (o que, em última instância, também significa trabalho mal remunerado, mesmo que por intermédio da venda de produtos sub-valorados) - funcionava em consonância com os padrões de exploração de trabalho nos canteiros de obras - outra vez, explorando trabalho mal pago. Nos termos do questionamento de uma “assim chamada acumulação primitiva”, parecia-nos pertinente pensar nessas lógicas como funcionalidades concorrentes, eternamente repostas e renovadas, para alegria e graça do capital: afinal, assim como ele precisa de “zonas atrasadas” e “desertas” para explorar, de mulheres para extrair trabalho sem que por ele se pague, de trabalhadores pendurados em andaimes improváveis nos canteiros de obras, também precisa do camponês deixado à sua própria sorte, precariamente instalado em assentamentos ou sítios sem nenhuma infraestrutura, refém dos poucos ganhos que obtém, vendendo os produtos que cultiva - essenciais para o giro do capital mundo afora.

* Entrevista realizada em 23 de outubro de 2021 pela plataforma online Zoom, transcrita e revisada pelos entrevistadores entre novembro de 2021 e julho de 2022, revisada pelo entrevistado em 08 de agosto de 2022, e finalizada em agosto de 2023.

** João Marcos de Almeida Lopes é Arquiteto e Urbanista, Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9999-2473>>. Cecília Corrêa Lenzi é Arquiteta e Urbanista, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-4023-7005>>.

E foi a partir dessa primeira consideração que seguimos na conversa: comentando sobre a necessidade de manutenção de setores preñes de muito trabalho vivo para assegurar ao capital a capacidade de driblar a “tendência da queda de lucro”; trocando ideias sobre a mecanização - no canteiro de obras e no campo - como estratégia de ganho de produtividade associada à precarização do trabalho manufaturado (ainda necessário); passando pelo questionamento sobre a pertinência de considerarmos que o momento das “relações não-capitalistas de produção” experimentadas pela agricultura camponesa poderia ser identificado também na auto-produção da casa popular; etc.

O intuito foi investigar essa espécie de trama sob a pele aparente, que liga termos antagônicos, porém interdependentes: por isso o diálogo com Sérgio. Por isso uma conversa sobre a cidade e seus canteiros de obras em uma publicação sobre o habitat da não-cidade.

João Marcos: Sérgio, esta edição temática da Revista Risco tem como origem uma pesquisa do grupo HABIS [Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade - Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo] na região do Pontal do Paranapanema. Essa pesquisa analisou o processo de produção de moradias para camponeses em alguns assentamentos rurais da região Oeste do estado de São Paulo, a partir da aplicação de recursos públicos, e conforme diversas escalas de abordagem (a região, o assentamento, o lote e a casa)¹.

Historicamente, o avanço da colonização para essa região deu origem a um verdadeiro faroeste: há relatos de uso de agente laranja para acabar com as florestas nativas, de expulsão dos povos originários, indígenas, quilombolas, enfim, a história de uma verdadeira devastação². É a partir desse avanço que o agronegócio entra, com uma força espetacular, particularmente com a cultura da cana - o que fez aquela região, em boa parte, virar uma grande monocultura. Junto com isso vieram as lutas dos sem-terra, em defesa de seus direitos - o que acabou gerando ali, particularmente no Pontal do Paranapanema, uma situação bastante tensa, envolvendo litígios de grande magnitude, atravessados obviamente por muita violência. Bom, por fim, o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra] conseguiu implantar vários assentamentos naquela região. Nosso grupo de pesquisa conseguiu um financiamento para pesquisar esses assentamentos e daí transcorreram mais de 3 anos de trabalho.

Você sabe que, desde sempre, os arquitetos, em geral, olham para a cidade e nunca olham para o campo. Parece uma questão que não existe. A gente, como grupo de pesquisa, vem desde o começo dos anos 2000 atuando, investigando e trabalhando, inclusive como assessoria técnica, em assentamentos rurais. Já nos envolvemos com a construção de casas em assentamentos rurais, discutimos com eles sistemas construtivos, alternativas de planejamento... enfim, uma série de situações nas quais a gente vem paulatinamente insistindo em discutir o campo como uma questão para arquitetura. Parece-me que, na França, isso é mais comum, encontrarmos os arquitetos olhando para essas questões³; aqui não, aqui impera um certo ‘urbanocentrismo’ que nos impede atentarmos para esses contextos.

Acontece que os problemas da cidade não podem ser dissociados da questão camponesa. Essas duas situações estão postas ali, em um puro regime de contradição - conforme o próprio Marx indica, no começo da Ideologia Alemã. Trata-se de uma

¹ Para maiores informações sobre a pesquisa citada, sugerimos o artigo “‘Faroeste Paulista’: a questão agrária e a produção do habitat rural no Oeste do estado de São Paulo”, publicado nesta edição.

² Conforme descrito no documentário “O Pontal do Paranapanema”, de Chico Guariba (Brasil, 2005, 52’). Disponível em <<https://ecofalante.org.br/filme/o-pontal-do-paranapanema>> (acessado em 21 de agosto de 2023).

³ Por exemplo, o Réseau Espace Rural & Projet Spatial - ERPS, agremiação de diversos pesquisadores e centros de pesquisa, particularmente vinculados às escolas de arquitetura francesas, voltado a pesquisas e discussões sobre a produção do espaço no contexto rural. Ver <<https://erps.archi.fr/>>.

contradição importante, construída ao longo do processo de separação entre cidade e campo: num primeiro momento, a cidade se diferencia do campo, estabelecendo-o como o seu outro; daí constrói a oposição, negando-o terminantemente, alegando sua autodeterminação; e, por fim, mergulha incomodamente na contradição - disfarçada, porém, numa espécie de caricatura de si mesma: sem que seja possível existir sem o campo, a cidade constrói para si uma imagem ideal de 'campo', dissociada e abstraída de realidade material que a ele subjaz. Seria essa imagem ideal, por exemplo, que sustenta a ideia de que o agronegócio é o futuro do mundo rural. Isso é uma noção fundamental que orienta todo nosso trabalho nessa área.

A conversa com você é uma especulação teórica. Com base em uma leitura muito instigante que fizemos do capítulo XXIV dO Capital⁴, e também do capítulo que trata da acumulação por espoliação, de [David] Harvey, as coisas meio que se juntaram. No texto "A acumulação por espoliação", Harvey se apropria e, de certa forma, pelas mãos de Rosa Luxemburgo, amplia e atualiza a ideia da "assim chamada acumulação primitiva" e a vincula aos processos de produção do espaço (que é o que nos interessa).

Então a gente chegou nesse roteiro como um esforço de construir um campo comum a partir de coisas que você mesmo já escreveu.

Sérgio Ferro: Há um problema, João. Os últimos capítulos da edição francesa de *O Capital* são diferentes dos capítulos da edição brasileira. Não conheço bem a história, mas pelo que me lembro, Marx dividiu um capítulo enorme em vários capítulos menores e modificou também algumas passagens do texto. Nem a paginação, nem mesmo algumas citações correspondem. Já tive alguns problemas deste tipo com a Silke [Kapp].

Eu nunca me ocupei deste tema, das relações entre cidade e campo. Faço parte dos arquitetos fechados na cidade. Se me permitirem gostaria de fazer algumas observações sobre o Harvey.

João Marcos: Sim, sem dúvida...

Sérgio Ferro: Ele é ótimo, não há dúvida. Mas ele tem um hábito que me causa problemas. Ele acumula muitas informações, às vezes, me parece, não alinhavadas – ou que não consigo concatenar. E como todo bom teórico, suas ideias mudam com o tempo. Por exemplo, sobre a questão da queda tendencial da taxa de lucros, uma questão, como você sabe, central em minha análise da construção. Não me recordo exatamente em quais de seus livros ele discorda desta lei tendencial ("tendencial" é importante) e se explica de modo bastante confuso (acho que é no *Limits of Capital*, mas não tenho certeza), mas em outro diz claramente que os setores mais "atrasados" da produção sustentam os mais "avançados" (com outras palavras, claro). Ora, é exatamente por isto (e por outras razões do mesmo gênero) que a lei é "tendencial" somente. Esta lei, mais a lei do valor, são as duas grandes descobertas reivindicadas orgulhosamente pelo próprio Marx.

Quando Harvey inventa o conceito de acumulação predatória, acho que se engana. O capital primitivo, prévio (ou original, como diz Marx em *O Capital*, ou "pretensa" acumulação original em *Salário, Preço e Mais Valor*, sempre com ironia) deu vez a um grande acúmulo documentário por Marx, revoltado com as descrições fantasistas

4 MARX, K. O capital. Livro III, cap. XXIV – A assim chamada acumulação primitiva. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

⁵ Ao contrário, Marx afirma claramente o contrário: “uma vez completada a separação do trabalhador e de seus instrumentos de trabalho, este estado de coisas vai manter-se e se reproduzir numa escala sempre crescente, até que uma nova revolução abale este modo de produção em seus fundamentos e restabeleça a união original sob uma nova forma histórica.” Karl Marx, *Salair, Prix et Plus-Value*, in *Oeuvres I, Economie I*, Gallimard (Pléiade), 1965, p. 510.

⁶ ver Friedrich Engels e Karl Marx, *Irlande, classes ouvrières et libération nationale*, Éditions Syllepse, Éditions Page 2, M Éditeur, 2021. Ver também, a propósito de outros povos e épocas, *Le dernier Marx*, org. Kolja Lindner, Éditions de l'Asymétrie, 2019. Karl Marx – Friedrich Engels, *Lutas de classes na Rússia*, org. Michael Löwy, Boitempo Editorial, 2013; Kevin B. Anderson, *Marx aux antipodes, Nations, ethnicité et sociétés non occidentales*, Éditions Syllepse, 2015.

e açucaradas dos economistas e mesmo de Adam Smith. Marx quis mostrar como escondiam a rapina, a violência da chamada acumulação primitiva. Mas em nenhum lugar Marx afirma que rapina e violência cessaram quando começa a era capitalista⁵. É, portanto, exagerado pressupor, como Harvey parece sugerir, que uma vez implantado o sistema do capital some a rapina e a violência e mesmo a “predação”. A única diferença é que, antes desta implantação, já havia ocorrido a separação do trabalhador e de seus meios de produção como sua pressuposição ou condição; depois, o próprio capital põe, cria ele mesmo o que era sua pressuposição em seu processo de reprodução. Não há, portanto, ruptura: o que precedeu, depois vira efeito de seu próprio funcionamento. Não há descontinuidade como Harvey parece crer. Marx e Engels, em seus vários textos sobre a Irlanda, mostram como a Inglaterra a massacra continuamente. Talvez Harvey não conheça todos, reunidos há pouco tempo em livro⁶. Quando Harvey fala de acumulação predatória, parece imaginar que, depois de sua implantação, o capital não mais seja “predatório” – ou não há razão para separar acumulações. Mas quando Marx menciona em *O capital* que, em Liverpool, a esperança de vida média de um inglês era de 38 anos, mas entre os trabalhadores industriais era de 17 anos e em Manchester de 15 anos na década de 1870, não cabe falar de predação?

Cecília: Segundo Harvey, Rosa Luxemburgo coloca a acumulação primitiva como essa necessidade permanente do outro para a manutenção do capital; essa necessidade de ter o diferente, aquele que vai ser expropriado. Você considera que esse mecanismo não acontece dessa maneira?

Sérgio Ferro: É evidente que o expropriador requer um expropriado. Mas esta relação abstrata pode ter várias particularizações diferentes. Se, como diz nossa teoria, a construção é estruturada como manufatura, então ela é um dos outros da indústria. A tendência da indústria é aumentar seu capital constante dada a necessidade de trocar o maquinário desgastado, substituí-lo por outro sempre mais aperfeiçoado e, portanto, em geral, mais caro e ocupando menos trabalhadores. Resultado, com a alteração resultante da composição orgânica do capital há diminuição de sua taxa setorial de lucro. A taxa de lucro na manufatura da construção é bem maior que a industrial. Com a perequação (média ponderada global) das taxas de lucro obtém-se a taxa média de lucros, a que utilizam na prática todos os setores da produção; há, portanto, expropriação automática de muito mais valor produzido pela manufatura da construção que vai levantar a taxa de lucro reduzida do setor industrial. Ela, a construção, enquanto permanecer manufatureira serve como freio da inevitável tendência à queda da taxa de lucro industrial.

Isto é o que o sistema do capital, no seu interior, faz com a construção. De certo modo, este mecanismo é equivalente ao que a Inglaterra fez com a Índia no século passado. O colonialismo tem praticamente o mesmo propósito: cuidar da saúde do capital com um empurrão contrário à sacrossanta lei do mercado. O capitalismo hoje afirma-se global. Mas continua precisando de zonas atrasadas, de zonas desertas para explorar, precisa do “outro”. Precisa, e muito ainda, das mulheres para pagar menos que aos homens, para que cuidem da casa, eduquem as crianças, os futuros trabalhadores que põem no mundo, sempre de graça, etc.

João Marcos: Acho importante avançarmos um pouco mais na compreensão sobre a “composição orgânica do capital”. Ao ler o capítulo seis d’*O Capital* - e auxiliado

⁷ PEREIRA, Luiz Bresser Pereira. Lucro, acumulação e crise. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁸ SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.

por alguns outros autores que tratam do assunto (o Bresser Pereira tem um texto bastante didático sobre a composição orgânica⁷), fica claro que Marx faz questão de distinguir a composição técnica do capital da sua composição orgânica⁸. Na hora que essa distinção aparece na relação entre capital constante e capital variável (cC/cV), a gente entende que, para que o capital possa continuar se alimentando, é necessária uma permanente reconstituição, uma permanente reconstrução da base de exploração. Então, é necessário responder isso também tecnicamente, em algum lugar. Uma compreensão nossa é de que no campo, na composição técnica, se o campo se mecanizar completamente, o agronegócio reduzir tudo a operações reguladas digitalmente, plantando, colhendo etc., isso destruirá, paradoxalmente, também no próprio campo, a base técnica da exploração. Isto é, como você mesmo afirma, referindo-se aos canteiros de obras, a gente precisa de setores onde o trabalho é hiper explorado, recolocando também massas de trabalhadores camponeses nessa condição de hiper explorados - e é esse o nosso palpite: que essa base técnica, rebaixada politicamente, porém economicamente relevante (70% do que comemos vem daí), é aquela estruturada no âmbito da agricultura familiar. É um pouco nesse sentido que a gente começa a entender que, também no campo, esse processo - que você transformou no seu "mantra", como você diz - se reedita, se repõe, se recoloca como a "assim chamada acumulação primitiva".

Sérgio Ferro: No tempo em que comecei a estudar Marx, quando entrei na faculdade, no fim dos anos 1950 (depois nunca mais parei), a agricultura era, ainda, junto com a construção, um dos grandes fornecedores de massas importantes de mais valor. Nem se falava ainda de mecanização e agronegócio. O plano de Juscelino para o segundo governo - que não houve - consistia em criar 500 aldeias agrícolas: no primeiro mandato houve a enorme fonte de mais valor da construção para financiar a industrialização no ABC de São Paulo. No segundo, para continuar a industrialização, contaria com as 500 aldeias agrícolas. Hoje, ao contrário, o agronegócio não está mais do lado dos fornecedores de mais valor para levantar a taxa média de lucro. Como suas gigantescas e nefastas plantações mecanizadas ocupam pouquíssimos trabalhadores. É um setor que suga mais valor, pelo menos na parte da produção "realizada" (vendida) no mercado nacional.

Com a mudança de lado da agricultura, a construção sofre uma pressão crescente. A mesma transformação ocorre na Europa. Há degradação relativamente forte dos salários na construção e a situação está tão ruim que o setor não consegue preencher sua demanda de trabalhadores. Nos setores agrícolas baseados ainda na produção familiar, raramente os produtores conseguem guardar o equivalente a um salário mínimo.

Cecília: Segue o mesmo mecanismo de exploração, né? Tem uma pesquisa da profa. Maria Moraes, da UFSCar, sobre essa dita "industrialização da agricultura", especificamente sobre o mundo do trabalho nos canaviais, no qual a figura do bóia-fria é muito marcante - aquele sujeito emigrado das áreas rurais, excedente de mão de obra muito explorado pelo capital. E é curioso porque a mecanização da produção da cana de açúcar, que tem ocorrido progressivamente desde 2010 no Brasil, não alterou estruturalmente esta condição do trabalhador da cana. Os postos de trabalho e as funções sofreram modificações, mas ela percebeu que a mecanização da produção da cana não eliminou a miserabilidade das condições de

⁹ Conforme descrito em O canteiro e o desenho, em "Arquitetura e trabalho livre", p. 113 (FERRO, 2006).

¹⁰ Conforme empregado no Livro I d'O Capital, da editora Boitempo, 2011, p.143, ou na Contribuição à Crítica da Economia Política, Expressão Popular, 2008, p. 121.

¹¹ Assessoria técnica Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado.

¹² MARX, K. A guerra civil na França. Boitempo: São Paulo, 2011. Texto originalmente escrito em 1871 como a 'Terceira Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)'

trabalho⁹ - pelo contrário, aprofundou ainda mais a exploração daqueles que foram empregados nas novas funções. E essas novas funções passaram a ter como objetivo preparar o terreno, o solo mesmo, para a grande e luxuosa máquina especializada passar: tem o sujeito que recolhe as pedras, para não danificar a lâmina da máquina; tem o que arranca o colmo [capim] com a enxada; tem o que aplica veneno com as bombas intercostais que pesam 20, 30 quilos. Depois que a máquina passa, vem o sujeito que recolhe os restos de cana que ficam; tem os que limpam as curvas de nível e os canais da vinhaça; tem os que vêm replantar a cana manualmente. E tudo isso contrasta muito com a figura da máquina, cujo valor é da ordem de milhões, tem cabine com ar-condicionado e é controlada via internet de um escritório na Faria Lima. Mais uma vez, a tecnologia, a modernização dos meios de trabalho, vem junto com o aprofundamento da exploração do trabalhador, com uma mão-de-obra ainda mais pauperizada, ainda mais alienada e vulnerável.

Sérgio Ferro: É o que o livro da [Lúcia] Shimbo mostra no caso do [programa] Minha Casa Minha Vida¹⁰. Por um lado, uma sofisticação administrativa incrível (eu me perco no labirinto de postos e funções, não entendo nada daquilo). E, ao mesmo tempo, o canteiro continua basicamente como era, fora a divisão absurda do trabalho em micro tarefas praticamente vazias. Parecido com o que você disse, não é? Sofisticação enorme da administração contra trabalho espicado, desesperante, desqualificado e precário. Imagino, por exemplo, um montador de portas em duas mil casinhas: torna-se especialista numa operação nanica. Um horror. Sem contar que num outro canteiro a porta talvez não seja a mesma, e a "especialização" não serve mais. Mas que sirva ou não, o horror dobrará.

João Marcos: Essa questão implica em outra - talvez nem seja uma conversa para o que a gente pretende aqui com você, mas me parece pertinente associá-la ao seu comentário: trata-se da noção de industrialização. Eu e Lúcia Shimbo vimos insistindo muito na necessidade de repensarmos essa ideia de industrialização da construção civil. A gente acha que, parafraseando o [Gabriel] Bolaffi, reclamar do 'atraso' na industrialização da construção civil no Brasil é uma 'falsa questão'. Isso, em parte, porque talvez acabemos vítimas de uma confusão entre indústria e fábrica. Henri Pirenne, em sua "História Social e Econômica da Idade Média"¹¹, por exemplo, fala em indústria a todo momento, obviamente mesmo sem ainda existirem fábricas, no sentido que lhes damos hoje. Parece prevalecer sempre essa noção de fábrica, na qual entra carne por um lado e sai salsicha por outro... então, no caso da noção vigente de industrialização da construção, parece que a ideia é chegar num jeito de introduzir tijolo, areia e cimento de um lado pra sair uma casa pronta do outro. Mas isso não existe, pelo menos no contexto de desenvolvimento tecnológico atual. No entanto, prevalece um certo fetiche, uma sedução por essa ideia de industrialização. Além disso, não parece correto - e isso é um palpite - considerarmos essa industrialização em absoluto, certo? Relendo o capítulo XII do Livro I d'O Capital para uma disciplina que ministro na pós-graduação, sempre me vem a ideia de que a dupla origem da manufatura¹² resulta em formas múltiplas e diversas de indústrias, numa grande quantidade de possibilidades de arranjos, mas o que é realmente fundamental, são as formas de divisão do trabalho. Mas agora a gente fala aqui da industrialização do campo - parece até uma ideia esquisita né?

Sérgio Ferro: Exatamente.

João Marcos: Na verdade, o que importa é a divisão do trabalho... pelo menos aparentemente, não é?

Sérgio Ferro: E é... Onde fica localizada a parte operacional do trabalho: na mão do operário ou na máquina? De um lado há o modelo manufatureiro, o da mão; no outro o modelo industrial, o da máquina operatriz, dois tipos ideais, diria Max Weber. Entre os dois, há uma série enorme de combinações entre os dois tipos ideais.

Kant criou o que chama de conceitos reguladores, conceitos muletas. Por exemplo - aliás o que o levou a criá-los: era difícil no seu tempo pensar o que determina a evolução de uma planta, a ciência da genética ainda não existia. Mas como e porque uma sementinha vira um abacaxi? Kant propôs que pensássemos “como se” a sementinha tivesse em si alguma coisa como uma finalidade. A finalidade entra aqui como um conceito regulador. Tais conceitos muletas nos ajudam bastante se não nos deixarmos engambelar por eles, o que é muito corrente. A meu ver têm parentesco com a abdução do Peirce ou com o entimema de Aristóteles.

João Marcos: Ficou um pouco mais claro. Lembrando dos dois exemplos de Marx para ilustrar as duas origens da manufatura - a fábrica de relógios e a fábrica de agulhas, conforme descrito no capítulo XII -, parece possível reconhecer ali o canteiro de obras, em suas duas formas ideais: o canteiro baseado no trabalho cumulativo, na manufatura serial, como você diz; e aquele baseado na montagem e na pré-fabricação, na manufatura heterogênea (para usar a denominação que você utiliza). Mesmo nas duas formas de organização do trabalho, a gente ainda tem inúmeras situações intermediárias, em que se combinam diversas estratégias produtivas. Principalmente quando entra em jogo a produção industrial do componente, isso acaba dando uma falsa impressão de industrialização, dá aquela falsa impressão de que a mecanização ou automatização total da produção do edifício é possível.

Sérgio Ferro: Exatamente. Podemos utilizar numa obra componentes ultra sofisticados e avançados tecnologicamente – mas continuamos construindo de forma manufatureira. O que a caracteriza é a manu – fatura, este fazer que requer a mão habilitada, a competência operacional do trabalhador. O trabalhador descrito por Cecília não é somente assistente da máquina: mesmo arrancar toco necessita habilidade.

João Marcos: No caso do que estamos investigando aqui, sobre essas relações de trabalho no campo e suas aproximações com as formas de trabalho no canteiro de obras, acho que podemos identificar essa peculiaridade: a mecanização não suprime a manufatura. No entanto, a gente tem uma dificuldade muito grande, Sérgio, aqui no Brasil, de aferir qual é o peso dessa agricultura camponesa (que o Estado chama de “agricultura familiar”), desse trabalho camponês. No Brasil tem uma coisa que se chama Censo Agropecuário. Com a desculpa de economizar dinheiro, esse censo não tem sido feito com frequência. E, particularmente, ele não tem aferido precisamente o peso da agricultura camponesa (ou “familiar”) na produção agrícola do país. É óbvio que ela precisa ser escondida, disfarçada, mal dimensionada... Mas é certo que esse trabalho cotidiano, miúdo e absolutamente necessário, pesa enormemente no resultado final da nossa produção agrícola.

Sérgio Ferro: Na construção também acontece isto: montanhas de pequenas unidades que somadas constituem uma massa enorme.

João Marcos: O Largo da Concórdia, pertinho do centro de São Paulo, até o começo dos anos 2000, era ocupado por uma infinidade - certamente mais de uma centena - de barraquinhas de lona, cobrindo praticamente todo o lugar. Todas dedicadas ao comércio popular. Depois tiraram todo mundo de lá - mas, até aquele período, esse verdadeiro "shopping center popular a céu aberto" (ou 'coberto' pelas lonas!) era muitíssimo vigoroso, de uma vitalidade incrível - e eu lembro que, num levantamento que tive acesso nesse período, ele equivalia, em termos estimativos de valor mobilizado, algo em torno do faturamento de uns 2 ou 3 shoppings juntos, em termos de movimentação de valor.

Sérgio Ferro: Sim, trocas miúdas, mas rápidas e extremamente numerosas.

Cecilia: Retomando a ideia da mecanização e suas consequências nas relações de trabalho, acontece algo parecido no campesinato. Quando uma família camponesa consegue comprar um trator para ajudar na lida diária, trata-se apenas de uma ferramenta - ainda que ela seja muito cara e importante para a dinâmica de trabalho. Ou seja, o trator não altera as relações de produção que estão estabelecidas ali; o trabalho segue sendo predominantemente familiar. Assim como no canteiro de obras, a tecnologia não vai mudar o fato de se tratar de um trabalho de natureza manufatureira, essencialmente.

No caso do campesinato, as relações de produção vão se modificar quando a família passar a participar de sistemas de integração, como são chamados, quando as famílias produzem para uma empresa específica, de acordo com as normas da empresa - aí sim, submetendo seu trabalho ao capital. Nesse caso, tudo precisa ser feito como a empresa determina. Mas a família camponesa que produz para a feira, por exemplo, já é uma família que produz para, livremente, comercializar com quem quer que seja. O produto do seu trabalho nasce como seu, produz livremente. Depois comercializa, tem as regras próprias da comercialização, e aí entra forte a sobredeterminação do capital - mas sobre a renda, e não sobre o trabalho.

Será que a gente poderia fazer esse paralelo entre o canteiro de obras e o campesinato, observando esses matizes, essas diferenças na submissão ao capital?

Sérgio Ferro: Acredito que sim. Assim que o movimento operário obteve a legalização de suas instituições, mais cedo na Inglaterra mas não sei exatamente quando, somente no fim do século XIX na França, os primeiros sindicatos foram organizados por *métier*: sindicato dos trabalhadores da pedra, alguns da madeira, etc. Somente num segundo tempo houve organização por gênero de estabelecimento: sindicato da fabricação disto ou daquilo. Marx achava esta evolução importante. A "grande" indústria o fascina literalmente até escrever *O Capital*. No fim da vida modula mais suas posições. Na "grande" indústria vê uma espécie de modelo reduzido da sociedade futura, com os trabalhadores libertos dos *métiers*, isto é, "desqualificados", com possibilidade de mudar de posto quando quiserem. Não gosto nada desta perspectiva, mas Marx acha que esta coletividade dos trabalhadores possibilita resistência maior. Esta possibilidade sumiu. Durante maio/junho de 1968, uma das maiores usinas da França, a Renault Billancourt da região parisiense, praticamente deu razão a Marx. O Partido Comunista [PC] francês e a Central Geral dos Trabalhadores [CGT], ambos de linha estreitamente soviética, isto é, "marxista"

¹³ O movimento dos *gillet jaunes*, ou coletes amarelos, reivindicavam, de forma autônoma, melhores condições de vida diante das medidas de austeridade do governo de Emmanuel Macron (2017-atual).

¹⁴ Alain Viguier, *Le PCF à Renault Billancourt, Force et crise d'un symbole ouvrier (1944-1992)*, Edition Arbre Bleu, 2020.

¹⁵ Como exemplo, Marx explica: "Um capital com a composição técnica de 5 máquinas/1 operário pode ter a mesma composição orgânica de outro capital com a composição técnica de 10 máquinas/1 operário, se o valor de cada uma das últimas dez máquinas for a metade do valor de cada uma das primeiras cinco máquinas, sendo os salários iguais nos dois casos. Na perspectiva histórica de longo prazo, no entanto, a composição orgânica do capital se eleva com o aumento da composição técnica, embora o faça em proporções menores" (GORENDER, 1996, p. 37).

¹⁶ SILVA, M. A. M. ; BUENO, J. D. ; MELO, B. M. . Quando a máquina "desfila", os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canais paulistas. In: SILVA, M. A. M. ; VERÇOZA, L. V. (org). *Vidas talhadas no avesso da história: estudos sobre o trabalho nos canais*. São Paulo: Annablume Editora, 2018.

no mau sentido, transformaram a "gigantesca" indústria no quartel general a partir do qual pretendiam controlar e frear o movimento dos grevistas que desejavam uma verdadeira revolução. PC e CGT traíram o movimento e conseguiram o que queriam: não houve revolução¹³.

Entretanto, o governo e o patronato perceberam o perigo: nos anos seguintes, a maioria das "grandes" indústrias foi deslocalizada¹⁴ ou desmembrada. E o capital, que aprendeu a lição, não se concentra mais em "grandes" unidades de produção. Grandes agora somente setores da produção cuja mão de obra não é deslocalizável, ligados obrigatoriamente ao solo, como plantações, mineração, etc. E nós, os da manufatura da construção.

Volto à minha insatisfação com a perspectiva "marxista" a respeito do potencial revolucionário da indústria. Prefiro confiar na advertência de Maquiavel ao candidato a príncipe: "o príncipe deve tomar muito cuidado quando ocupa uma cidade que conheceu a liberdade: seus habitantes não esquecerão nunca o que já viveram". Por isto, apesar dos perigos corporativistas, prefiro a manufatura e seus vínculos com os *métiers*. Repito, sempre: a subordinação somente formal do trabalho na manufatura, quando a divisão do trabalho não chega aos extremos que comentamos há pouco, deixa inevitavelmente uma margem de autonomia produtiva em que restos ou antecipações de saber e saber fazer são convocados. E esta experiência, por menor que seja, conta muito na formação de uma atitude libertária. Há em O canteiro e o desenho uma passagem em que me meto durante dois dias na pele de um pedreiro (discutimos sobre ela numa reunião recente do TF/TK¹⁵). No primeiro dia está com relativo bom humor, no segundo acontece o inverso. Tento mostrar que tanto faz sentir-se bem ou mal, pois de qualquer maneira se torna quase obrigatoriamente mais rentável quando é atravessado por um calor afetivo, positivo ou negativo, decorrente da experiência concreta e momentaneamente livre de seu *métier*. A meu ver, é esta pequena amostra do que poderia ser um trabalho realmente livre que fundamenta a conhecida rebeldia dos trabalhadores da manufatura da construção.

João Marcos: Importante a ideia que a Cecília formulou anteriormente: a ideia da "produção para si" no contexto da agricultura camponesa. Ela parece reverberar a ideia de objetivação que Marx elabora nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*¹⁶. É realmente bonita a forma como a Cecília apresenta essa noção do "produto do trabalho que nasce como seu" - porque é um produto que é seu (pelo menos até vendê-lo na feira). Trata-se das interações com a natureza e da alienação, que são questões importantes que Marx trabalha, tanto nos *Manuscritos* como nos *Cadernos de Paris*, de 1844.

Sérgio Ferro: Quando eu ainda morava no Brasil, ouvia os operários dizerem "aquela obra é minha, trabalhei lá" mesmo sendo espoliado. Na manufatura, fora nosso colocador de portas, há sempre pelo menos um mínimo de projeção empática. Eu estava falando de movimento operário francês. Assim que a industrialização afirma sua hegemonia logo após a primeira Grande Guerra, o sindicato dominante se transforma. Até 1914, a CGT é conhecida como radicalmente revolucionária. Qualquer de suas atividades tinha por horizonte e alvo mais ou menos evidente a revolução, o fim do assalariamento e a autogestão. Em 1922, o primeiro congresso da CGT após a guerra,

mudou radicalmente seu programa sob orientação da URSS e do PCF. A revolução é adiada sine die porque para atender dignamente as justas reivindicações sociais é indispensável desenvolver antes a economia, dizem o patronato e a CGT (ou como se diz na URSS, as forças produtivas). Por enquanto as coisas têm que ficar como estão e todos devem engajar-se corajosamente para acelerar este desenvolvimento até... ninguém sabe dizer quando. Continuamos esperando.

João Marcos: É a partir dessas relações mais diretas, entre objeto e sujeito, que você consegue construir alguma possibilidade de pertencimento.

Sérgio Ferro: Nós somos bichos, não é? Gostamos de pegar, manipular, roçar, fazer...

João Marcos: É... Porém, nesse sentido, no seu texto “A casa popular” (que vocês rebatizaram como “A produção da casa no Brasil”), tem um trecho que você fala do sujeito que, no final de semana, construiu sua própria casa - isto é, “produziu para si”... e aí você comenta que nesse sentido ele também está produzindo “valor de uso social”. Como a gente pode pensar essa dupla condição? Da produção para si como produção de um “valor de uso social”? Como a gente pode entender o que é o valor de uso social?

Sérgio Ferro: Neste texto, eu queria indicar que quem faz sua casa na favela pensa, no início, sobretudo no que chamamos de valor de uso. Pensa em abrigar a família com os poucos meios que consegue reunir. Somente depois, diz o Carlos Lemos, quando já está com a casinha instalada pode pensar em extensões ou uma outra casinha que possa alugar ou vender. Neste momento, mesmo sua própria moradia começa a ser também pensada como valor de troca. No começo, a casinha é a mais elementar proteção contra chuva e muito vento ou coisa assim. Nenhum floreio fora às vezes, como vi, uns recortes de papel de seda enfeitando alguma prateleira. Porque atende ao mínimo indispensável a qualquer um, a casinha já possui desde o começo potencialmente e mesmo se quem constrói nem pense nisto, valor de uso social para os sem nada. Como vivemos numa sociedade plasmada completamente pelo capital, automaticamente passa também a ter valor de troca.

João Marcos: É nesse sentido que a gente começou também a pensar na produção da própria casa num assentamento e na agricultura para o autoconsumo. Plantar uma batata, plantar milho, criar galinhas, enfim, que nesse sentido ali também tem valor de uso que vai crescendo e se transformando de valor de uso social e aí, portanto, também adquirindo possibilidade daquele salto mortal¹⁷, como diz Marx, da transformação do produto em mercadoria.

Sérgio Ferro: David Harvey menciona uma associação de cooperativas – Mondragon – que sobrevive e prospera desde o tempo do Franco. E explica que a razão desta duração é devido à criação de uma rede de cooperativas que se complementam formando uma micro sociedade praticamente autônoma dentro da região basca e mesmo além dela. Trata-se no fundo de uma aldeia espalhada numa cidade maior tendo em seu seio todos os serviços indispensáveis, inclusive seu próprio banco. Falo disto porque não me conformo que a linda solidariedade e comunidade formada nos canteiros autogeridos, verdadeira efetivação do que pode vir a ser uma outra sociedade, como são os assentamentos do MST, esmoreça e, com o tempo, desapareça. A Comuna de

¹⁷ Em referência às manifestações populares ocorridas na França contra a implantação do Aeroporto Notre-Dame-des-Landes, iniciadas na década de 1960 e que se acirraram entre os anos de 2012 e 2018. O projeto foi abandonado pelo governo em 2018.

¹⁸ Emmanuel Macron foi reeleito presidente da França em abril de 2022.

Paris de 1871, apesar de ter durado somente 72 dias, é um outro exemplo. Ela não pretendia governar ou ser o centro da França como antes, mas propôs a formação de comunas autônomas por todo o território e, porque não, por toda parte. Paris mesma foi organizada por *arrondissements*, cada um formando uma comuna dentro da maior, Paris, a qual teria um conselho coordenador formado por representantes de cada um destes módulos. O Estado, tal como o conhecemos atualmente, desapareceria. Marx, membro da Associação Internacional dos Trabalhadores, tornou-se seu principal defensor. Todos deveriam ler *A guerra civil na França*¹⁸, onde, entusiasmado, diz que o povo de Paris partiu para o assalto do céu, apesar da revolução ter tomado um caminho totalmente diferente, e mesmo oposto ao previsto em *O Capital*. Deste momento em diante, defendeu este tipo de organização literalmente comunista e a formação de cooperativas autogeridas. Infelizmente o “marxismo” oficial cala sobre estas coisas. É urgente voltar a Marx no seu texto.

João Marcos: Uma outra questão, que também se refere às possibilidades de auto-organização, trata da persistência de relações não capitalistas de produção no campo. As relações de produção no campo não são, num primeiro momento, orientadas por uma determinação exterior, estabelecidas diretamente pelo próprio capital - já que, num primeiro momento, o que organiza a produção camponesa é o vento, a chuva, a fertilidade do solo etc. O Prof. Ariovaldo Umbelino, geógrafo brasileiro, vai além e explica que o capital é produzido através de relações não capitalistas de produção. Como você vê essa ideia de “relações não capitalistas” quando a gente pensa isso na cidade? É a mesma coisa quando falamos da autoprodução da casa?

¹⁹ Délocalisable, em francês, pode ter como sinônimo deslocalizável ou externalizável.

Sérgio Ferro: Acho que é mais provável resguardar experiências emancipatórias no campo que nas cidades. Fui visitar um empreendimento que teve assistência técnica da Usina¹⁹, está cercado pela cidade. Acho difícil manter nestas condições acesa e intacta a solidariedade e a gana de lutar, maravilhosas, que surgem no período do canteiro autogerido. No livro que já aponte sobre a Comuna, Marx conta que os *communards* não tinham nenhum programa pronto para ser aplicado sobre a realidade, mas que, ao contrário, foram as questões que já estavam amadurecendo nas margens da situação real e que sugeriam desenvolvimentos possíveis, os efetivos germes de suas primeiras iniciativas. Esses possíveis tanto podem ser novidades indispensáveis, como as creches, uma das invenções da Comuna, quanto uma entidade existente a ser negada, imediatamente destruída, como por exemplo a estrutura do Estado burguês ou o exército, o que também efetivaram durante os 72 dias de sua existência. Apoiar-se no que está despontando no campo da resistência e começar a solapar o que não se quer mais. Mas é preciso, quando possível, proteger a fragilidade daquilo que está ainda somente despontando. O que não implica em abandonar o resto. É difícil, mas já há movimento de resistência social sólidos no Brasil: o MST, o dos sem teto, as ocupações, as assessorias técnicas, etc., que já constituem um núcleo concreto importante e forte. A meu ver, somente assim, apoiados em iniciativas vindas das margens, avançaremos no nosso “assalto ao céu”.

Cecília: Nesse sentido, é um pouco por aí que procuramos interpretar a condição do campesinato hoje em dia. Entendemos que o campesinato não está se submetendo ao capitalismo plenamente, através de seu trabalho. Então, ele estaria em meio a essa contradição: ele guarda essa possibilidade, essa chave de transformação, essa chance de ter um pézinho para lá, mas ainda é útil para o capital, no sentido dessa

acumulação primitiva permanente. Eles têm um pé dentro e um pé fora, vamos dizer. E por isso entendemos que o campesinato poderia ser este “outro”, do qual fala a Rosa Luxemburgo, como já conversamos aqui.

Sérgio Ferro: Pelo que sei, você tem razão. Mas cuidado: há outros e outros, não é? Filipinos e paquistaneses são os outros de boa parte da Ásia menor. Na Arabia Saudita, nos Emirados Árabes, são tratados como nem os escravizados foram. Uma barbaridade. A maioria destes imigrantes trabalha em condições horrorosas na construção de edifícios luxuosíssimos e ultra cafajestes, puro cenário enganoso. Até pouco tempo, e ainda hoje em partes das cidades dessa região, não havia esgoto e os dejetos eram recolhidos em caminhões cisterna. Os acampamentos onde dormem os trabalhadores são verdadeiros cenários de filme de mortos vivos, sem médicos ou algum serviço de saúde ou de atendimento de reclamações, trabalhando o dia todo sob sol de 50°. O número de mortes é enorme. Dubai tem equipamento de luxo, serviços sofisticados, e divertimentos espetaculares: os setores que hoje têm altíssimas taxas de lucro, maiores que as do petróleo. Riqueza extravagante obtida com a absoluta miséria e desprezo. Este é um gênero de “outro”. Em contraposição há um outro “outro”, o “outro” ao qual você se refere, o “outro” que pelo menos pode resistir. A respeito deste “outro”, você tem razão. O “outro” de Dubai exige a intervenção internacional das instituições de direitos humanos, a expulsão da ONU e coisas do gênero.

Quero falar rapidamente do que parece não ter relação com esta questão, mas tem. Alguns economistas mostram que algumas crises podem decorrer de desencontros ou desequilíbrio entre produção e “realização” de mercadorias, isto é, a transformação do capital da forma mercadoria em forma monetária, dinheiro. E tendem a explicar este desencontro por causas conjunturais diversas que não tenho capacidade de reproduzir. Mas, ao mesmo tempo, dizem que atualmente a montanha desmesurada de capital acumulado pelos polos da riqueza não tem mais grandes oportunidades de aplicação rentável, o que quer dizer com boas taxas de lucro e “realização” mais ou menos assegurada. Isto é, consumo: as classes médias e os mais pobres já estão no limite de seu endividamento possível e as extravagâncias dos mais ricos e o luxo não dão conta de tudo que têm para jogar fora. A tal ponto que não restaria mais que a solução da guerra para destruir o potencial do inimigo e piratear seus mercados, mais um outro, como agora encarnado pela guerra entre os EUA e a Rússia em terreno ucraniano com a participação suicida da Europa. Mas poucos conseguem se libertar do universo dos jargões do economês e seus conceitos estratificados e denunciar o escândalo que está por trás disto tudo; a monstruosidade do capitalismo liberal e financeiro que concentra crescentemente toda a riqueza social num polo minúsculo e desprovê completamente o resto da humanidade. E, no polo da despudorada concentração de todos os poderes, inclusive os dos Estados, um dos homens mais ricos do mundo dá pulinhos na estratosfera preparando sua saída dela, antes da hecatombe final que ajuda a preparar. O que abarrotta um lado é o espólio total do outro. Podemos e devemos cuidar dos desastres ecológicos, mas talvez uma das espécies que estão mais ameaçadas de desaparecimento próximo somos nós. Desculpem o horizonte obscuro, mas acho que não exagero.

João Marcos: Acho que eu entendi... é que você trata aqui da carência como mecanismo regulatório, certo? Quer dizer, você tem excesso de um lado e do outro tem que ter carência, né?

Sérgio Ferro: Conversamos sobre isso outro dia. Nos Estados Unidos e na Europa as grandes metrópoles estão passando por uma transformação pesada. Elas não dispõem mais de um núcleo produtivo importante. Tenho a impressão que o que dissemos acima sobre o perigo para o capital de deixar multiplicar ou mesmo subsistir “grandes” indústrias em seu território tem relação com isto. As “grandes” indústrias como a da Renault que nos serviu de exemplo, foram desmanteladas e/ou exportadas, pelo menos suas partes menos aceitáveis para o decoro metropolitano. Mas a crise do Covid-19 e agora a de microcomponentes feitos na China, indispensáveis para muitos aparelhos eletrônicos produzidos hoje, mais o custo ecológico dos transportes, está aporrinhando os planejadores para achar o caminho da ‘des-exportação’.

João Marcos: Um aspecto interessante nessa conversa é a relação dos povos tradicionais, como quilombolas e faxinais, no Brasil, ou os ejidos, no México, com a terra e a propriedade. Eles têm uma disposição, vamos dizer assim, de controle, posse e uso da terra que é diferente.

Sérgio Ferro: Gosto muito dos últimos textos de Marx, particularmente dos esboços e a carta final enviada a Vera Zaslitch, documentos a meu ver de grande importância para nós. Não somente pela posição que tomou finalmente, mas como consolo por podermos acompanhar suas hesitações e dúvidas, dividido entre a defesa de sua própria obra e os desafios de realidades que destoavam com elas: são encrucas que encontramos constantemente. Como sabem, Marx teve que concordar, apesar de um evidente mau humor, que seria absurdo que as comunidades rurais russas, onde havia tradicionalmente propriedade coletiva do solo e algumas práticas produtivas comunitárias, tivessem obrigatoriamente que passar pela revolução burguesa e que não tentassem passar diretamente para uma sociedade pelo menos socialista. Num trecho de um dos esboços ou da carta final, não me lembro mais, ele diz que é preciso não ter medo da palavra “arcaico” pois provavelmente a futura sociedade comunista seria uma espécie de retorno ao modelo de algumas sociedades arcaicas, com os aperfeiçoamentos que a evolução humana até então permitiria.

A propósito, me sinto mal quando leio os elogios exagerados de Marx a respeito da “revolução” burguesa e dos progressos técnicos que teria permitido, elogio repetido por Harvey. Primeiro porque, pelo menos na França, todas as revoluções “burguesas” foram roubadas do povo, o real protagonista delas: em 1789, 1830, 1848 e 1870. Segundo, porque o próprio Marx afirma em várias ocasiões o desastre que as máquinas representaram para os trabalhadores: aspiraram todos os saberes e habilidades operárias os quais, de trunfos na defesa contra o capital, foram deformados e se integraram aos outros instrumentos de subordinação que, de formais até então, passam a ser drasticamente reais. Mais ainda, diz claramente que cada máquina inventada respondia a um movimento de greve operária. Esta visão de primavera depois de um horrível inverno, segundo o mecanismo duvidoso de Hegel da negação da negação como positividade e que Marx adota por vezes. Ver, por exemplo, o final do Manifesto do Partido Comunista: “(...) os proletários se arriscam a perder [com a revolução] somente seus grilhões”. Se não têm mais nada a perder é porque são os trabalhadores totalmente esvaziados nos quais Marx vê o estopim da revolução. Já disse meu desacordo. Talvez no tempo de Marx a humanidade não estivesse ainda nesta situação nefasta em que a burguesia nos meteu, mas assim mesmo... Certo, houve progressos enormes na ciência, na medicina, na física, etc.

Mas não somente estas melhorias maravilhosas poderiam ter sido desenvolvidas numa outra organização social, mas, se fizermos as contas, é bem possível que o resultado fosse altamente negativo.

João Marcos: Acho que temos aqui uma limitação que é de origem: quando a gente fala de comunidades tradicionais, desses modos de organização social - ou mais precisamente, de relações arcaicas, tudo isso carrega também um certo conservadorismo. E a gente vê isso inclusive nos mutirões habitacionais que acompanhamos: quando falamos em autogestão, para a gente, autogestão é uma coisa e para eles é outra. Às vezes, até parece que estamos conseguindo sair dos trilhos, para conseguir realmente mudar as coisas; mas, dali um pouquinho, estamos de novo no mesmo trilho!

Sérgio Ferro: Lembro o que Lebrun diz em seu livro sobre Hegel: há que respeitar a "paciência do conceito". É preciso ter muita paciência...

João Marcos: Para finalizar. Cidadezinhas pequenas - como Cosne-sur-Loire, na Borgonha - ainda mantêm lá sua pâtisserie, sua boulangerie etc. Mas, nas margens da cidade, levanta-se um supermercado de redes como o Carrefour... e o pessoal todo reclamando, uma reclamação generalizada, porque a padaria da cidade vai fechar e, mesmo assim, todo mundo acaba indo comprar pão nas lojas dessas grandes redes. Você tem visto, na França ou na Europa, ou em alguma dessas situações, alguma iniciativa em que você percebe movimentos de resistência na zona rural francesa?

Sérgio Ferro: O que você descreve é precisamente o que está acontecendo aqui em Grignan, onde moramos. Transformou-se em zona de turismo de massa, inabitável nas férias e feriados. Desapareceram todos os comércios de proximidade, correio, farmácia, quitandas, etc. Sobraram inúmeros bares, padeiros que vendem sanduíches, restaurantes, e boutiques de quinquilharias para turistas. Um desastre acho que irreversível. Nossa casa será, quando nós formos, ou um restaurante ou um Airbnb. As culturas que alimentam as pequenas cidades estão também desaparecendo.

Mas, ao mesmo tempo, a crise do Covid provocou um relativo retorno à terra, reapareceram algumas hortas coletivas como havia durante a guerra. Mas, há ainda movimentos mais politizados. Como o que surgiu contra a ampliação de um aeroporto numa zona em que a população é majoritariamente contra, houve ocupação do terreno em questão, expulsão, reocupação com instalações de casas, plantações; e este vai e vem continua, se não me engano²⁰. E, não esquecer o movimento dos *gilets jaunes*²¹ que foi, e talvez volte a ser, um movimento de fundo, de revolta ampla contra a evolução desastrosa do neoliberalismo encarnado por Macron. Movimento violentamente reprimido por ordem deste ordinário, com inúmeras perdas de olhos e várias mãos decepadas, sem contar com mortes por atropelamentos jamais penalizadas e mesmo investigadas. Antes das cenas de quebra-quebra provocadas no início por policiais disfarçados (mas filmados por manifestantes) e depois continuados por jovens das banlieux [periferias] justamente revoltados com a ausência total de perspectiva de vida fora do tráfico de drogas, quase 80% da população era favorável ao movimento. A calma aparente recobre um mal-estar denso e complexo. As diversas forças políticas tradicionais faliram, inclusive as de esquerda, que praticamente desistiram do mundo do trabalho, hoje

²⁰ O TF/TK é a 'marca' do projeto *Translating Ferro, Transforming Knowledges of Architecture, Design and Labour for the New Field of Production Studies*. Através de uma parceria entre o IAUUSP e a School of Architecture, Planning & Landscape da Universidade de Newcastle, com o apoio do Arts & Humanities Research Council britânico e a FAPESP, o TF/TK deu início aos trabalhos em julho de 2020, os quais se encerram em agosto de 2024. Tem como objetivos traduzir e difundir a obra teórica de Sérgio Ferro em língua inglesa (estão sendo encaminhadas três publicações, para 2024 e 2025), bem como disseminar suas ideias e proposições teóricas através do que vem sendo denominado *Estudos de Produção* - em contraposição aos estudos dos objetos arquitetônicos acabados, sobre seus autores ou sobre suas correlações puramente factuais ou formais. A proposta é o desenvolvimento de aproximadamente 35 estudos que penetram no âmago dos processos de produção - do objeto arquitetônico, da cidade, do território.

²¹ PIRENNE, Henri. História econômica e social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ocupado pelo partido majoritário de Marine Le Pen. Quase toda a Europa está guinando à direita, alimentada por uma esquerda amorfa. Uma direita com cara da direita paulista.

João Marcos: (risos) Uma direita aparentemente “ilustrada”.

Sérgio Ferro: É... Como se chama o governador de São Paulo?

João Marcos: Dória.

Sérgio Ferro: Uma direita de um Dória qualquer. A França agora está parcialmente paralisada com a perda do Macron da maioria absoluta. Marine Le Pen parece uma caricatura de lady, negociando e votando com o governo quando consegue o que quer; a direita clássica, também e o quase ressuscitado Melanchon não está conseguindo segurar os frangalhos da esquerda também tradicional. Se as coisas continuarem assim, e não houver dissolução da Câmara, outros movimentos sérios de saco cheio da população, e se a guerra dos Estados Unidos contra a Rússia não transbordar muito as fronteiras da Ucrânia, Marine poderá tornar-se a primeira presidenta da França. Como vêm, os “se” são numerosos e eu, em geral, erro minhas previsões sobre a política atual²².

Celícia: A conversa era sobre o trabalho emancipado e acabamos nos distanciando um pouco, fomos em direção ao seu oposto (risos). No meio dessa grande tensão social a gente também tem a criação de grandes resistências, como as citadas pelo Sérgio - o aeroporto [Notre-Dame-des-Landes] e dos *gillet jaunes*. É uma oscilação, na qual a contradição vai se acirrando. De que maneira a gente consegue ver esse horizonte de transformação a partir de um trabalho ainda muito submetido ao capital? Me refiro ao comentário que você fez a respeito do operário que olha o prédio e fala “aquela é minha obra”. Mesmo dentro dessa submissão e dessa expropriação tão grande, a gente poderia dizer que, dentro do trabalho submetido, sempre resta algum grau de trabalho emancipado?

Sérgio Ferro: Eu sempre repito que eu creio que a subordinação “somente” formal foi, mais ou menos do século XII ao fim do século XIX, o pesadelo do capital. O “somente” é meu, não do Marx e quer assinalar sua contradição interna: o trabalhador nesta forma de subordinação deve simultaneamente submeter-se às ordens do patrão sobre o que fazer, mas autodeterminar-se sobre o como fazer, pois, todo saber e saber-fazer constituem seu monopólio. Também repito que a destruição deste monopólio começada no correr do século XIX e concluída com a utilização, na construção, do ferro e de concreto, criou um tipo anfíbio de subordinação entre formal e real responsável por um outro tipo de trabalhador manufatureiro sem saber detectável e um efêmero saber fazer. Mas, mesmo assim, sobra uma margem de autodeterminação que na manufatura não poderá nunca ser totalmente eliminada. Não podemos esquecer que toda parte operacional da construção continua nas mãos dos trabalhadores e continuará a estar enquanto for necessário para a saúde da taxa de lucro do capital a não industrialização da manufatura. É óbvio que esta sobra está em estado comatoso e não acordará senão em canteiros que aspiram a emancipação, como os da Usina, por exemplo.

²² MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin B. *Marx aux antipodes: Nations, ethnicité et sociétés non occidentales*. Paris: Éditions Syllepse, 2015.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Irlande, classes ouvrières et libération nationale*. Paris: Éditions Syllepse, Éditions Page 2, M Éditeur, 2021.
- GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- LINDNER, Kolja (dir.). *Le dernier Marx*. Toulouse: L'Asymétrie, 2019.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Salaire, Prix et Plus-Value, in Oeuvres I, Economie I*. Paris: Gallimard (Pléiade), 1965.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013
- PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.
- VIGUIER, Alain. *Le PCF à Renault Billancourt, Force et crise d'un symbole ouvrier (1944-1992)*. Nancy: Edition Arbre Bleu, 2020.

Recebido [Set. 08, 2023]

Aprovado [Out. 27, 2023]